
O ENSINO DA MATEMÁTICA SEGUNDO A REVISTA DE ENSINO/SP: UMA PROPOSTA PARA A REALIDADE MATOGROSSENSE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

PATROCÍNIO, Margarida Célia¹
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
magah1966@gmail.com

WIELEWSKI, Gladys Denise²
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
gladysdw@brturbo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as orientações aos professorados sobre como trabalhar com os saberes matemáticos, principalmente o ensino da aritmética e da geometria, para o ensino primário, bem como quanto ao uso do método intuitivo, como auxílio na aprendizagem de matemática no grupo escolar. É enfatizado o uso frequente e correto das Cartas de Parker para que o aluno tenha um entendimento lógico. Para tanto, utilizamos diversas fontes documentais disponíveis como a do repositório da Universidade de Santa Catarina e as disponíveis nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso, como o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Foram utilizadas algumas das publicações da Revista de Ensino do Professorado Público de São Paulo, julgando ser as de maior interesse no período que a educação matogrossense sofreu a influência direta do modelo da organização escolar de São Paulo, através dos professores paulistas Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann. Porém, essa influência sofreu adaptações nas apropriações feitas no ensino local.

Palavras-chave: Revistas de Ensino, Carta de Parker, Ensino Primário.

Introdução

Devido as agitações e discussões precedendo o fim do Império e a proclamação da república, nas décadas finais do século XIX, várias foram as mudanças que ocorreram no Brasil, influências vindas da Europa. As transformações incidiram na economia, na política e na sociedade brasileira de modo geral. E essas modificações remetiam-se para o problema da educação. Pois, uma nação para ser bem sucedida tem que ter educação e pensando assim era necessário formar cidadão participativo democraticamente. Porém, segundo Jorge Nagle (2001), a maioria da população brasileira, em torno de 80%, não sabia ler, escrever e nem contar.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT.

²Doutora em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participante do grupo de estudos e pesquisas em Educação Matemática – GRUEPEM/UFMT e do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil – GHEMAT.

Com o advento da República, então, investir na educação popular era o caminho para combater o analfabetismo gritante e ao mesmo tempo os governantes estavam preocupados com a formação de professores que tinham que estar embasados nos ideais republicanos. Ideais esses, imaginados como “crença no poder redentor da educação” (SOUZA, 1998, p. 27). Acreditava-se que a educação daria uma verdadeira identidade nacional e desenvolvimento ao país. O povo com esclarecimento traria contribuição para o regime de governo republicano. Seria um ensino laico, gratuito e com racionalidade científica.

Literatura importante para o direcionamento pedagógico na primeira

República: A Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo

Nos primórdios da República, a expansão da escola primária, tanto as escolas isoladas quanto os grupos escolares, foi um instrumento importante para os projetos republicanos. Defendia-se que por meio da educação haveria modernidade pedagógica no ensino primário brasileiro. Então, sugeria-se trazer, além do livro didático, diferentes tipos de materiais manipulativos mais próximos do professor como, por exemplo, as revistas pedagógicas. Seria mais uma opção para ajudar na compreensão do método intuitivo, trabalhado nos ideais republicanos para a educação, além de proporcionar ao professorado um periódico que traria informações e comunicações diversas. E nessa intenção alguns exemplares da revista pedagógica do professorado público do estado de São Paulo (as revistas dos anos de 1902, 1903, 1910, 1911 e 1912), denominado *REVISTA DE ENSINO*, foram escolhidas para serem comentadas neste texto. O critério para a escolha desta revista foi por ter sido São Paulo o pioneiro na organização de todo sistema educacional nos moldes republicanos, servindo como modelo para os demais estados brasileiros.

Pensando em ajudar na capacitação do professorado do Estado de São Paulo, a Associação Beneficente, com apoio governamental, em 1902, cria uma Revista com propósito de divulgar os melhores métodos e processos de ensino para facilitar o trabalho do professor e também fazer com que o governo e os legisladores

elaborassem leis visando a instrução pública. Era dividido em oito secções: Questões Gerais- desenvolvimento de assuntos pedagógicos; Pedagogia Prática; Literatura Infantil; Crítica sobre trabalhos escolares; Hinos escolares; Movimento Associativo; Atos Oficiais e Notícias e, por fim, Anúncios. Tudo pensado para “O professor primário, como elemento modificador, e o mais importante, na evolução social” (BARRETO, 1902, p. 3).

Na primeira publicação da Revista de Ensino em abril de 1902, já havia referência ao método de ensino sistematizado, onde ressaltava a necessidade de ter um bom programa de ensino para que tivesse uma boa escola. Vinha descrevendo tudo como deveria ser encaminhado o processo educacional. O ensino deveria ser educativo e instrutivo dividido em partes: Nos anos iniciais, o ensino educativo prezando o Desenvolvimento Cerebral; nos anos médios deveriam ser ministradas as Bases Gerais dos Futuros Conhecimentos e no último ano firmar o conhecimento dos Elementos de cada uma das disciplinas. Segundo Puiggari (1902, p.15) tinha que predominar quase que exclusivamente o ensino educativo na primeira fase do ensino, deixando para o ensino superior o ensino instrutivo.

Em 1902 já havia a preocupação em desenvolver o ensino de forma integrada, onde as correlações deveriam ocorrer entre as matérias, e muito mais ainda nos exercícios. Deveria ocorrer uma interligação entre os assuntos, tinha que [...] “ser uma lição de aritmética e de geometria; de geometria e de desenho; de desenho e de geografia”. (Puiggari, p.16)

Por entenderem que a escola era quem mudaria os defeitos do meio social, então o ensino deveria ser educativo e baseado no físico, intelectual e moral, com o uso do Método Intuitivo. Sendo a escola responsável por cultivar “todas as virtudes que tornam um paiz mais forte e feliz”, baseado no “amor ao trabalho, a honestidade pública e particular, a altivez política, o respeito ás autoridades”. (Puiggari, 1902, p. 16-17).

Também nessa publicação estava uma referência ao recebimento do livro didático que tratava do ensino do método intuitivo da aritmética, baseado no uso das Cartas de Parker. O professor fazia o aluno entender, compreender sobre número e suas combinações estimulando a imaginação. Estava na revista do professorado para que fosse, copiada no quadro negro pelo professor, de acordo com a

necessidade, já que as Cartas não estavam disponíveis à venda no mercado. Seria um instrumento de trabalho sempre em mãos, através da revista. Cada carta vinha acompanhada da respectiva explicação. As publicações das Cartas de Parker estavam sobre a responsabilidade de Joaquim Luis de Brito, na secção Pedagogia Prática.

Foi apresentado um total de 10 cartas, no primeiro número da revista em 1902. E ao longo do mesmo ano e no primeiro número de 1903, foram sendo publicadas as 38 cartas restantes (num total de 48 cartas), sempre frisando ao professor que gradualmente fosse introduzindo a linguagem aritmética, e que a expressão de linguagem da criança fosse respeitada.

No segundo número da revista (junho/1902), também na secção Pedagogia Prática, é apresentado um artigo sobre Aritmética, assinado por Benedito Galvão, aonde vem explanando sobre o ensino de Frações, destacando que tem que ser ensinado analiticamente por ser parte educativa do raciocínio. Questiona sobre qual ordem de ensinar as frações, primeiro as ordinais ou as decimais? e qual o melhor processo para o ensino das frações? Mostra ao longo do texto as formas de não ficar inculcando regras para o aluno e sim uma compreensão lógica. Termina o artigo criticando sobre a aversão dos alunos em estudar matemática, que segundo o autor é culpa da escola:

Procurando descobrir o motivo pelo qual a maioria dos moços de nossa terra têm aversão ao estudo da mathematica, que é, na opinião abalisada de um celebre philosopho, a mais simples das sciencias na escala encyclopedica, não tardamos a chegar á conclusão de que é a escola preliminar, desvirtuada de sua missão e no afan de muito illustrar, quando seu fim “é mais de educar”, é ella, que enchendo ao espirito do alumno de regras fastidiosas, porque elle não as comprehende, é ella que mata no coração da creança o amor pela sciencia da verdade e levanta uma terrível onda de antipathia e de desprezo á mais pura das sciencias. (GALVÃO, 1902, p.212)

Na secção Pedagogia Prática, da publicação nº3 /1902 até a de nº 6/ 1903, é apresentado uma série de 12 lições com textos pedagógicos destinado ao ensino de Geometria. Até no alertar os professores sobre livros de matemática de má qualidade, tinha um espaço garantido na Revista de Ensino, na secção ‘Critica sobre trabalhos escolares’. E com essa finalidade, na publicação nº 4 /1902, havia+ uma crítica sobre o livro: Aritmética

dos Princiipantes, autoria de Arthur Thiré. É alertado que o livro não era compatível com o ensino público desejado para o país. Realmente, a Revista de Ensino era um atalaia em tudo que tangia sobre a ensino primário.

Passado uma década de publicação da REVISTA DE ENSINO, o redator-chefe comenta que a revista vinha desde a sua fundação “[...] prestando relevantes serviços á causa da instrucção primária, constituiu-se um dos factores indispensáveis ao desenvolvimento do ensino publico paulista”. (REVISTA DE ENSINO, 1911, p. 5). E continua expressando sobre os benefícios resultantes do trabalho divulgador dessa Revista:

Com a divulgação de novos methodos e processos de ensino e a publicação de trabalhos didacticos Ella tem contribuído como importante parcella de todo esse resultado até hoje colhido em prol da instrucção publica primaria.

Reencetando sua publicação sob os auspícios da directoria Geral da instrucção Publica, tendo sido já publicado o primeiro numero desta nova phase, Ella espera continuar a merecer a collaboração de todos quantos se interessem pela nobre causa da instrucção popular. (REVISTA DE ENSINO, 1911, p.1)

Com esses dizeres começa a 10ª edição da revista pedagógica publicada pela Associação Beneficente de São Paulo, destinado ao professorado público e que vinha a um tempo fazendo parte da vida profissional do professorado paulista e também de docentes de outros estados brasileiros como os catarinenses, os paranaenses e também os matogrossenses. Isso, por serem alguns dos lugares do país que sofreram influência direta da educação de São Paulo.

Na publicação de junho da Revista de Ensino de 1911, havia uma reflexão sobre Erros no Ensino comum aos professores, como considerar o saber mais importante que a criança (Erro fundamental). Já na primeira década do século XX, afirmava-se que deveria respeitar e valorizar a criança. Já prezavam por “uma concepção clara dos valores relativos da criança e do saber” (REVISTA DE ENSINO, 1911, p. 44). Fato ainda tão cobrado nas escolas atuais.

E afirmavam que quando se coloca o saber primeiro que a criança faz com que haja distorção em todo o processo que envolve o sistema de lições de Coisas que desperta e aguça o sentido da observação, em todas as idades, em todos os graus de ensino, colocar a criança na presença das coisas, fazê-las ver, tocar,

distinguir, medir, comparar, nomear, enfim, conhecê-las, este é o objetivo das lições de coisas. (VALENTE, 2013)

Na edição, do 2º bimestre de 1912, da Revista de Ensino, nas páginas 98 a 100, foi registrado sobre o raciocínio de *Problemas sobre números invertidos*. Na preocupação de eliminar os inconvenientes da falta de raciocínio aritmético, o referido texto afirmava que “Allumnos há, que, pela sua pouca idade, não sabem o que é *raciocinar*.” (REVISTA DE ENSINO, 1912, p. 98). Há um cuidado de orientar o professor em explicar aos alunos que em problemas ocorre inversão dos resultados em relação aos números dados, isto é, “o resultado maior do que os números dados (somar ou multiplicar) e em outros (subtrair e dividir) é menos do que um deles.” (1912, p. 98). Exigia-se que os alunos entendessem bem como realizar o cálculo com base na explicação de:

1º) “Quando o resultado der *mais*, a operação será de somar o de multiplicar.

2º) “Quando o resultado der *menos* a operação será de diminuir o de dividir.” (REVISTA DE ENSINO, 1912, p. 99).

Também deveria ser ensinado ao aluno a entender que soma-se ou diminui-se quantidades homogêneas e que toda multiplicação pode ser convertida numa soma. Ainda o professor era estimulado a não somente orientar o aluno saber que operação seria utilizada para obter resultado, mas fazê-los resolver mentalmente os problemas, principalmente, quando os números fossem grandes. Então, poderiam chegar aos resultados por aproximação e estariam fazendo assim uma “*gymnastica de memoria*” para não [...] “apresentarem resultados phantastico, como producto menor do que os factores, quociente maior que o dividendo, etc.” (REVISTA DE ENSINO, 1912, nº2, p.100)

Os artigos na revista continuava afirmando que “A escola não deve somente ensinar, ella deve também preparar para a vida”. (REVISTA DE ENSINO, 1912, nº3). É um slogan muito conhecido e utilizado nos tempos atuais.

Vestígios de uma revista pedagógica matogrossense na década de 1910

Desde 1896, já se tinha regulamentado na instrução pública de Mato Grosso o ensino pelo método intuitivo³, e também as orientações ao professor para que nas aulas se utilizasse o referido método. Em cada disciplina tinha orientação dos procedimentos de como ministrar as aulas com o método intuitivo, e o que ensinar, como por exemplo, em que “a aritmética e a geometria deveriam ser práticas” (SÁ, 2007, p. 180). Porém, demorou para se colocar em prática a legislação por motivos diversos, como “as lutas armadas na capital, na disputa do poder político, que ocasionavam interferências no andamento das aulas” (SÁ, 2007, p. 79).

Apesar das adversidades existentes, o presidente do estado, o coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, insistiu em incluir o estado na modernização em que o país vinha passando e realmente concretizar a aplicação das noções de coisas. Então, autorizou a contratação de dois normalistas de São Paulo, em 1910, com o fim de criar uma Escola Normal e reorganizar o ensino, investindo na instrução pública e no método intuitivo como instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar.

Assim como ocorreu a influência de Orestes Guimarães no ensino de Santa Catarina, também ocorreu essa influência no ensino em Mato Grosso pelos professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann. Ambos os estados, em mesma época, viveram a implantação de modernidade na educação.

Inclusive, na edição nº 1 de junho de 1911, da Revista de Ensino, foi publicado um texto sobre a inauguração da Escola Normal, instituição escolar pública de Mato Grosso. É comentado resumidamente sobre a solenidade e descrito sobre a ata que foi lavrada:

As nove horas da manhã de primeiro de Fevereiro de mil novecentos e onze, no edifício da Escola Normal, sito em o numero16, na rua 1º de Março, nesta cidade de Cuiabá, capital do Estado de Matto-Grosso, presente o ex^{mo} sr. coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, d.d.Presidente do Estado, autoridades federaes e estadoaes e demais pessoas que este termo subscrevem, foi por s. exc. o Presidente declarada installada a Escola Normal do Estado de Matto Grosso, cuja constituição é a seguinte:
Director – Professor Leowigildo Martins de Mello, - Lentes – dr. Annibal Benicio de Toledo, dr. Eduardo Parisot, professor Leowigildo Martins de Mello, Fenelon Muller e Fabio Lima, respectivamente das cadeiras de

³ O Método aparecia como parte do programa, nos “exercícios de intuição ou noções de cousas acompanhadas de exercícios de leitura e escrita e de explicações sobre formas, cores, números, dimensões, tempo, sons, qualidades dos objetos medidas, seu uso e aplicação” (REGULAMENTO, 1896, Art 10º, §4º)

Portuguez, Pedagogia, Mathematica e de Geographia. (REVISTA DE ENSINO, 1911, p. 39-41)

Portanto, as orientações e instruções registradas na Revista de Ensino de São Paulo, tinha uma produção possuidora do rigor prescrito pela ciência, mas com suavidade expressada pela arte. E essa organização da revista em tratar os assuntos pertinentes a educação da sociedade republicana, serviu como base para as revistas que se preocupavam com o ensino. E para a capacitação dos professores, principalmente de Cuiabá, foram publicadas Conferências Pedagógicas redigidas pelos professores paulistas que vieram para Mato Grosso, com a missão de criar uma Escola Normal e reorganizar o ensino. Era uma necessidade imprescindível à Instrução Pública de Mato Grosso, como “base fundamental de todo o verdadeiro progresso social” (COSTA, 1910, [s.p.]).

Estabelecer definitivamente a educação nos moldes republicanos por essas terras, especialmente na capital, Cuiabá, era o objetivo. Segundo Sá (2010, p. 554), os professores paulistas vieram para Mato Grosso por indicação⁴, devido ao destaque de bom desempenho escolar que ambos tiveram em cada semestre, como estudante no curso Normal. Então, através de todas as informações existentes na Revista, que transitava pelos assuntos pedagógicos dos mais diversos, poderia ter dado suporte para os professores, Kuhlmann e Mello, em sua formação profissional. Tanto “na organização administrativa e fiscal do aparelho escolar”, quanto no “exercício sistemático do magistério”. Eram professores jovens, “na flor dos 20 anos, esses dois *bandeirantes* rumaram para Cuiabá, assumindo cargos de grande responsabilidade na arena educativa.” (SÁ; VIDAL 2010, p. 560-561)

Portanto, foi solicitada a criação dos Grupos Escolares de imediato por ser a “única senda que tornava viável o projeto de reorganização escolar” (MELLO, 1911, [s.p.]). Após ser autorizado, foi determinado que “utilizassem, provisoriamente e no que lhe fosse aplicável, o regulamento e programa dos Grupos Escolares de São Paulo” (SÁ; VIDAL, 2010, p. 562) por ser o que conhecera. Dessa forma, as instituições escolares passaram a funcionar em 1911, com o uso do método intuitivo, ensino simultâneo, calendário e horário escolar, espaço para sala de aula, biblioteca

⁴ de Oscar Thompson, diretor da Escola Normal desde 1901, licenciado à época para o cargo de Diretor- Geral da Instrução Pública de São Paulo (1909-1911) (GONÇALVES; WARDE, 2002).

e pátio e programa de ensino separado por anos e grau de dificuldade (Sá, 2010, p. 562).

Foi investido na formação do professor que lecionava na Escola Modelo com programa adotado e adaptado de São Paulo. Conforme afirmou Mello (1911, [s.p.]), seria “uma adaptação do que se preceitua nos grupos escolares paulistas. Certo alguns defeitos o acompanham. As lacunas que porventura existam nele, serão removidas quando a prática a experiência, os resultados no-las definirem”. Nem Mello, nem Kuhlmann, demonstravam fazer tal qual o modelo paulista no aparato educacional de Mato Grosso, devido ao respeito à realidade local. Como afirma em 1912:

Penso que já é tempo de se proceder à organização definitiva de programas para os nossos grupos escolares, pois os que possuímos, feitos para outros estabelecimentos de outro Estado, se bem de que de categoria e orientação pedagógica idêntica aos nossos, não são, in totum, aplicáveis ao nosso meio (MELLO, 1912, [s.p.]

O professorado também recebeu capacitação através de Conferências Pedagógicas que visavam atingir os docentes da ativa. As tais conferências eram publicadas em uma revista de origem matogrossense, denominada “A Nova Época” conforme afirmaram Sá; Vidal (2010, p.565):

A capacitação dos docentes também acontecia por meio de Conferências Pedagógicas publicadas na revista *A Nova Época* (1912), redigidas por Gustavo Kuhlmann. Com periodicidade mensal, editado com o patrocínio do presidente do estado, dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, e do secretario do interior, justiça e fazenda, Sr. Manoel Paes de Oliveira. Contou, em seus quatro números publicados sob a redação do dr. Carlos Sallaberry com a colaboração dos paulistas Francisco Azzí, Joao Brienne de Camargo, Gustavo Kuhlmann e Leowigildo Martins de Mello, além de cidadãos expressivos na sociedade cuiabana, entre os quais Isác Póvoas, Firmo Rodrigues e Estevão de Mendonça.

Segundo Amâncio (2000, p. 815) o periódico “parece ter sido canal, por excelência, para que os normalistas pudessem - a exemplo do que ocorria em São Paulo - divulgar, ainda que em pouco tempo, seus ideais republicanos e pedagógicos”. Esses periódicos visavam atingir os docentes na ativa, como garantia de modernização do ensino primário público matogrossense.

Conforme Sá (2007, p.190), as Conferências Pedagógicas, escritas e publicadas na revista *A Nova Época*, pelo professor Kuhlmann, foi de difícil localização nos arquivos do Estado, porém foi possível “tomar conhecimento do seu teor através do jornal *A Cruz*, pertencente a Igreja Católica, que utilizava trechos das Conferências de Kuhlmann para contra-atacar as suas ideias político-educacionais”. A primeira crítica das Conferências Pedagógicas no jornal foi no dia 24 de março de 1912, numeradas de I ao VII.

Apesar de ter localizado um dos exemplares da revista *A Nova Época*, o segundo número da revista, com 26 páginas, não foi possível encontrar especificamente, na seção Conferências Pedagógicas, assunto que poderia ser direcionado ao conhecimento dos saberes da Aritmética ou Geometria. Nesse exemplar estava um artigo publicado sobre a Educação Física. Infelizmente, até então, não se tem localizado os outros exemplares dessa revista matogrossense, voltada ao professorado público. Foi um periódico mensal, com apenas quatro números publicados.

Considerações finais

Em Mato Grosso, para realmente estabelecer o ensino primário público teve de ocorrer algumas organizações tanto políticas quanto financeiras, para então poder investir na reformulação do ensino. Foi um período de 14 anos (1896-1910) em atraso com o ensino primário nos moldes do sistema republicano. Tudo em virtude dos conflitos políticos reinante no estado matogrossense.

A instrução Pública foi revitalizada, a partir de 1910, no governo do coronel Pedro Celestino, que trouxe contratado dois normalistas do estado de São Paulo, “Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, ambos recém formados pela Escola Caetano de Campos, com o objetivo de implementar a reorganização do ensino matogrossense” (SÁ, 2007, p.82). Com eles vieram todo o conhecimento de organização e ensino escolar paulista. Desse modo, foi necessário fazer uma apropriação⁵ do sistema paulista de ensino que na época já era referência nacional, por estar plenamente constituída e estabelecida, desde início da última década do século XIX.

⁵ Tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1990, p.26).

Ao fazer as pontuações de alguns exemplares da Revista de Ensino do Professorado Público de São Paulo, possibilitou entender quão grande era a preocupação com o ensino primário público de qualidade. Apresentou-se como uma revista muito bem estruturada, servindo como uma orientação confiável para os profissionais da educação, do início do século XX. A inserção no sistema educacional nos moldes republicanos estava cercada de orientações que extrapolava o que era local. Pois, o conhecimento dos saberes matemáticos só pode ser elaborado com a junção do global com do local, ou seja, glocal. Que segundo Roger Chartier, é o:

que designa com correção e elegância, os processos pelos quais são apropriadas as referências compartilhadas, os modelos impostos, os textos e os bens que circulam em escala planetária, para cobrar sentido em um tempo e em lugar concretos (2007, p. 81).

E nesse raciocinar é que Mello e Kuhlmann afirmaram em não querer fazer uma cópia fiel do modelo paulista na realidade matogrossense. Era necessário constituir programas alterados, horários adaptados e espaços escolares aplicáveis a Mato Grosso. Apesar de a formação educacional ser baseada no programa de ensino paulista, não usou de desrespeito local, mas ao mesmo tempo inserindo o estado no conhecimento global que existia na época.

A preocupação de ter um material pedagógico local leva os professores paulistas, principalmente Kuhlmann, a escreverem segundo a necessidade vigente no meio do professorado in loco. Porém, após as notações observadas dos conteúdos pedagógicos existentes na Revista de Ensino, presumisse ter contribuído no momento da escrita das Conferências Pedagógicas publicadas na revista *A Nova Época*. Apesar de não saber com exatidão dos temas tratados nas Conferências Pedagógicas nos três exemplares que não foram localizados, foi possível ter uma noção de fragmentos que o jornal *A Cruz* publicava, principalmente, para depreciar o método pedagógico, a nova concepção de educação e do ensino desprendido de ideias religiosas. Motivos estes de vários confrontos da imprensa local, mas que deixou registrado para a posteridade um vestígio de uma revista voltada para os ideais republicanos na educação distante das terras paulistas.

Referencial Bibliográfico

AMÂNCIO, Lazara N. de Barros. **Ensino de Leitura e Grupos Escolares: Mato Grosso 1910-1930**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2008

CHARTIER, R. **A história cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Editora Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1990.

_____. **La historia o la lectura del tiempo**. Barcelona, Espanha: Editorial Gedisa, S.A., 2007.

COSTA, Davi. A. **A Aritmética escolar no ensino primário brasileiro: 1890-1946**. Dissertação (Tese de Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

GALVÃO, Benedito. Qual a ordem a seguir e qual o melhor processo, para o ensino das frações. **Revista de Ensino**, ano I, n^o 2, p. 202-212, jun., 1902.

GONÇALVES, Gisele; WARDE, Mirian. Thompson. In: FÁVERO, M.L.; BRITTO, J (Org.). **Dicionário dos educadores brasileiros**. Rio de Janeiro/ Brasília: Editora UFRJ/INEP, 2002, p. 867-872.

JORNAL, A Cruz. Cuiabá, MT, 24 de março de 1912. APMT e NDHIR.

MATO GROSSO, **Regulamento da Instrução Pública de 1896**. APMT – 1896.

MELLO, Leowigildo Martins de, KUHLMANN, Gustavo. **Ofício ao vice-presidente do estado encaminhando o horário dos grupos escolares**, 23 de agosto de 1910.

_____. **Relatório das Escolas Normal e Modelo anexa**, 1911.

_____. **Relatório das Escolas Normal e Modelo anexa**, 1912.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

PUIGGARI, Romão. A questão dos programas. **Revista de Ensino**, n^o 1, p. 13-17, abr., 1902.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, n^o1, abr.,1902.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, n^o2, jun.,1902.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, nº3, ago.,1902.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, nº4, out.,1902.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, nº5, dez.,1902.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, nº6, fev.,1903.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, nº1, jun.,1911.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, nº1, mar.,1912.

REVISTA. A Nova Época,, Cuiabá-MT, nr 02, 1912, APMT

VIDAL, Diana.; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Outra missão, para outas bandas: a circulação de professores paulistas e do modelo da escola graduada. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 41, p. 551-574, set/dez. 2010.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poupel. **Escola Normal de Cuiabá**: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916). Cuiabá: EdUFMT, 2006.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno**: as representações da escolarização infantil em Mato Grosso (1910 – 1927). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SILVEIRA, R. K. **Orientações da Reforma Orestes Guimarães para a matemática na Escola Normal Catharinense**. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Florianópolis, SC: UFSC, 2013.

VALENTE, Wagner. Do ensino ativo para a escola ativa: lourenço filho e o material de parker para a aritmética do curso primário. **36ª Reunião Nacional da ANPEd** – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO